

Sumário

Prefácio	XV
Introdução	1
1 O Instituto da Arbitragem e o Acesso à Justiça	5
1.1 Histórico da arbitragem na legislação brasileira	5
1.1.1 A arbitragem na legislação brasileira.....	5
1.1.2 A declaração de constitucionalidade da Lei nº 9.307.....	9
1.2 Arbitragem e inafastabilidade da jurisdição estatal	15
1.2.1 O Sistema Multiportas: a relação entre inafastabilidade da jurisdição estatal, acesso à justiça e arbitragem.....	15
1.2.2 Autonomia privada como fator de legitimação do afastamento da jurisdição estatal	18
1.2.3 A arbitragem e o afastamento pontual da atuação do Poder Judiciário.....	20
1.3. Arbitragem como jurisdição: limites e efeitos	26
1.3.1 Natureza jurisdicional da arbitragem.....	28
1.3.2 Funções inerentes à atividade jurisdicional	32
1.3.3 Limites à função jurisdicional do árbitro	35
1.3.3.1 Ausência de poder de império.....	35
1.3.3.2 Ordem pública, bons costumes e direitos fundamentais.....	42
1.4 Influxos recíprocos do processo civil pátrio no sistema arbitral	45

2 Análise da Tutela Provisória em Litígios Submetidos à Arbitragem	51
2.1 Tutela provisória no âmbito da arbitragem: panorama antes e depois da Reforma pela Lei nº 13.129/15	51
2.1.1 O cenário anterior à Lei nº 13.129/15.....	51
2.1.2 A mudança de paradigma implementada pela Lei nº 13.129/15	55
2.2 Tutela provisória de urgência e de evidência	58
2.2.1 Tutela provisória de urgência cautelar <i>versus</i> antecipada.....	60
2.2.2 Tutela de evidência.....	67
2.3 Espaço de atuação do Estado-Juiz para concessão de tutelas provisórias.....	73
2.3.1 Antes da instauração do painel arbitral.....	73
2.3.1.1 Árbitro de emergência ou apoio.....	76
2.3.1.2 Instauração do tribunal arbitral no curso de tutela requerida ao Poder Judiciário.....	83
2.3.1.3 Ausência de instauração da arbitragem no prazo legal e suas consequências.....	91
2.3.2 Depois da instauração do painel arbitral	95
2.3.2.1 Exclusão convencional do poder de cautela do árbitro.....	96
2.3.2.2 Existência de obstáculo que impeça o acesso à tutela emergencial efetiva no juízo arbitral competente	103
2.3.3 A compatibilização procedimental e a (im)possibilidade de estabilização da tutela antecipada antecedente concedida pelo Poder Judiciário.....	109
2.4 Requisitos autorizadores da tutela provisória de urgência nos litígios submetidos à arbitragem	113

2.4.1 Fumus boni iuris atrelado à convenção de arbitragem	113
2.4.2 Periculum in mora à luz da prevalência da integral resolução da lide pelo juízo arbitral	117
2.4.2.1 Possibilidade de instituição de juízo arbitral a tempo e ausência de emergência fabricada	120
2.4.2.2 Alto custo para financiar a instauração e o trâmite do processo arbitral	121
3 Controle Judicial das Tutelas Provisórias Deferidas pelo Juízo Arbitral	131
3.1 Instrumentos processuais a possibilitar a intervenção do Poder Judiciário nas tutelas provisórias arbitrais	134
3.1.1 Controle pela via da carta arbitral	135
3.1.2 Cumprimento judicial da decisão concessiva de tutela provisória pelo árbitro	142
3.1.2.1 Meios de defesa: exceção de pré-executividade e impugnação ao cumprimento de decisão arbitral	145
3.1.3 Ação para desconstituir/reformar judicialmente a decisão em sede de tutela provisória pelo árbitro	147
3.2 Espaço de controle pelo Poder Judiciário da decisão do árbitro em sede de tutela provisória	156
3.2.1 As hipóteses que ensejam ação anulatória e a ordem pública processual	157
3.2.2 A ordem pública e o paralelo com a homologação de sentença estrangeira	166
3.2.3 O controle na via do cumprimento provisório judicial da decisão arbitral	174
Conclusão	179
Referências	183